

PSB aciona STF contra decretos que incentivam garimpo na Amazônia

O PSB ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal contra decretos editados pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, que preveem medidas de incentivo à atividade mineradora, especialmente na região amazônica. A ação direta de inconstitucionalidade foi distribuída ao ministro André Mendonça.

Imap/DivulgaÃ§Ã£o



ImapPSB aciona STF contra decretos que incentivam garimpo na Amazônia Legal

O Decreto 10.966/2022 institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mape), cuja finalidade é propor políticas públicas e estimular a mineração, com foco na região da Amazônia Legal.

Já o Decreto 10.965/2022, ao dar nova redação ao Decreto 9.406/2018, estabelece critérios simplificados para a outorga de empreendimentos de mineração pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e cria hipótese de registro de licenciamento tácito.

Para o partido, a disciplina dos decretos é totalmente incompatível com o sistema de proteção constitucional ao meio ambiente, na medida em que busca formalizar e incentivar práticas ilegais, que resultam em retrocesso em matéria ambiental.

As previsões, segundo o partido, fragilizam e desrespeitam o sistema de regulação da atividade da mineração e de proteção socioambiental e obstam a definição, pelo Poder Legislativo, de normas relativas à regulação e da formulação de políticas públicas pertinentes a essa atividade econômica.

Outro ponto levantado na ação é que o afrouxamento das regras pode impedir a detecção de diversas ilegalidades que envolvem o processo de mineração, como a extração de minérios em terras indígenas, em unidades de conservação ou fora de limites geográficos autorizados. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

ADI 7.107

Autores: RedaÃ§Ã£o ConJur